



Doutrinas Religiosas e o Corpo: Noções Conflitantes de Direitos Sexuais e Reprodutivos¹

Religious doctrines and Body: Sexual Rights and Reproductive Conflicting Notions

Gunilla Hallonsten²

Resumo: Religiões articuladas com doutrinas restritivas podem ser um obstáculo para os direitos sexuais e direitos reprodutivos. Investigar o espaço para os direitos sexuais e direitos reprodutivos nas comunidades de fé é o objetivo desse artigo. Os direitos individuais não são respeitados em contextos de hierarquias de poder. As doutrinas religiosas e o corpo não apenas dizem respeito a noções conflitantes de direitos sexuais e direitos reprodutivos e fé, mas também à diversidade no interior das comunidades de fé. Líderes e adeptos de diferentes religiões têm buscado encontrar formas de acomodar normas e valores desafiadores para suas tradições religiosas, como o reconhecimento dos direitos sexuais e direitos reprodutivos. A Teologia pode promover justiça e igualdade, seguindo a convicção de que todas as pessoas são criadas iguais e com dignidade.

Palavras-chave: Religião. Direitos Sexuais. Direitos Reprodutivos.

Abstract: Religions articulated with restrictive doctrines can be an obstacle to the sexual and reproductive rights. Investigate the space for sexual and reproductive rights on faith communities is the aim of this article. Individual rights are not respected in contexts of power hierarchies. Religious doctrines and the body not just say respect say to conflicting notions of sexual and reproductive rights and faith, but also to diversity in the faith communities. Leaders and enthusiasts of different religions has sought to find ways to accommodate challenging standards and values to your religious traditions, like the recognition of sexual and reproductive rights. Theology can promote justice and equality, following the conviction that all people are created equal and with dignity.

Keywords: Religion. Sexual Rights. Reproductive Rights.

¹ Publicado anteriormente em Faith in Civil Society: Religious Actors as Drivers of Change (2013), Heidi Moksnes; Mia Melin (eds), Uppsala: Uppsala University. Texto traduzido por Alex Blasi de Souza.

² A reverenda Gunilla Hallonsten é doutora em Teologia pela Universidade de Lund, Suécia. Diretora de Políticas da Igreja da Suécia. gunilla.hallonsten@svenskakyrkan.se.

Doutrinas religiosas como inclusividade e exclusividade

Meu colega dinamarquês diz: “Sou membro da Metropolitan Community Church em Copenhagen.” Hmm, nunca ouvi falar. Eu penso e respondo vagamente: “Aha, é uma igreja nova ou?”. “Não, não é. É uma igreja global que foi fundada em San Francisco por homens homossexuais que foram excluídos por suas próprias igrejas quando tiveram conhecimento de que eram HIV-positivos. Eles e elas não eram mais bem-vindos e bem-vindas, e então decidiram formar uma irmandade cristã própria – uma irmandade que hoje está presente em todo o mundo. Eles e elas não mais permitiam a outras pessoas a preferência de interpretação sobre se poderiam autodenominar-se cristãos ou cristãs ou se eram dignos de ser parte de qualquer comunidade religiosa. Então, excluídos e excluídas, se uniram para formar uma unidade por si só. Sua exclusão, criada por certa doutrina, foi transformada no ponto de origem de uma nova doutrina que criaria e focaria na inclusão”.

Morei na África meridional por alguns anos, e um amigo meu, Lawrence, é pastor numa das principais igrejas na África meridional. Ele é casado com Bongani, que é pastor em uma comunidade da Metropolitan Community Church (MCC) na África do Sul³. Bongani é líder de sua comunidade na África do Sul, e Lawrence não tem autorização de atuar como pastor em sua igreja desde que os dois se casaram. Dois homens – um branco e um negro – que começaram seu relacionamento na África meridional antes do fim do apartheid – o sistema projetado para categorizar e dividir pessoas de acordo com cor. Essa era uma irmandade baseada na exclusão de outras pessoas, no estigma por cor. O apartheid era legitimado por interpretação teológica e interpretações teológicas realmente podem girar em torno de escolher um lado.

Desde o apartheid, a África do Sul tem adotado a constituição mais radical do mundo, com igualdade, como seu princípio, e com a não-discriminação, como principal conceito. No entanto, leis podem ser mudadas, e se não há um processo simultâneo de mudança de valores entre a população, leis modernas são alienadas das mulheres e dos homens que seguem o que elas e eles percebem como decente e correto. Convenções internacionais têm influenciado positivamente leis e práticas nacionais, mas campanhas internacionais também têm criado reações não-intencionais.

Na última vez em que visitei meus amigos e amigas, me encontrei com Patrícia. Ela é membro do MCC, uma *sangoma* (curandeira tradicional), negra, mulher, lésbica e HIV-positiva. Contraiu o vírus HIV por causa de estupro curativo, que é bastante comum na África do Sul, um estupro coletivo que pretende “curar” uma mulher lésbica.

³ REID, Greme. *Above the skyline. Reverend Tsietsi Thandekiso and the founding of an African gay church*, hidden histories series, Pretoria: UNISA Press, 2010.



O apoio humanitário a pessoas LGBTQI (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer e intersexuais) e a cidadania e autonomia corporal das mulheres são severamente desafiados por acusações de direitos humanos (DH) serem uma intervenção do Norte Global, com um entendimento universalizado de mulheres como indivíduos sem contexto social. Essa crítica deve ser rejeitada, mas também respondida com reconhecimento do fato de que nenhum indivíduo existe num vácuo social, religioso e político, desprovido de obrigações. Em suas vidas cotidianas, direitos individuais podem ser vistos como irrelevantes, enquanto pertencimento social e direitos coletivos são cruciais tanto para identidade quanto para sobrevivência prática.

Um dos maiores desafios à aplicação de uma abordagem baseada em direitos (ABD) à algo como empoderamento feminino, é manter que DH são universais ao mesmo tempo que se engaja num diálogo em que direitos podem ser reivindicados em determinado contexto e situação e como isso pode ser feito. Uma abordagem prática é fazer DH significativos em diálogo.

Bongani também é ativo dentro do movimento LGBTQI na África do Sul, e tem sido uma parte de seu *Programa de análise de políticas e pesquisa de aprimoramento de capacidades*⁴. As recomendações a ONGs são:

Contestar estigma, negação, discriminação e preconceito por meio do desafio a valores de justiça social em vez de simplesmente contestar políticas identitárias; e Identificar e mobilizar valores compartilhados por diferentes sistemas sociais, políticos, culturais e religiosos e engajar a sociedade num diálogo que coloca justiça sexual e de gênero no centro da conversa.⁵

O movimento LGBTQI na África do Sul não só defende o direito humano de escolher *quem* você quer amar, e *como* você quer amar. É, também, uma forte expressão de identidade sexual e, portanto, libertação sexual. Ele desafia os fundamentos sócio-históricos: opressão sexual e um entendimento hegemônico da heterossexualidade. Esse tipo de movimento de identidade sexual também tem originado a crítica da “normalidade” sexual e da família patriarcal. O desafio a esses conceitos se desenvolve num momento em que a ciência biomédica torna possível a dissolução da relação entre heterossexualidade, patriarcado e reprodução familiar. Por outro lado, o apagamento de limites sexuais – que dissolverá os laços entre família, sexualidade, amor, gênero e poder – é uma crítica cultural básica do mundo conhecido. Quando os movimentos mudarem o discurso levemente de DH para a reconstrução de conceitos como sexualidade, família e identidade, eles tocam na opressão e nos pontos fracos da civilização – e o que eles disserem será recebido à altura.

⁴ MKHIZE, Nonhlanhla, Bennett, Jane, Reddy, Vasu and Moletsane, Relebohile. *The country we want to live in. Hate crimes and homophobia in the lives of black lesbian South Africans*, Policy analysis and capacity enhancement research programme occasional paper 1, Cape Town: HSRC Press, 2010.

⁵ MKHIZE, 2010, p. 53.



O sociólogo Manuel Castells⁶ argumenta que a antiga estrutura da hierarquia de gênero está se dissolvendo no que ele chama de “crise do patriarcado”; a autoridade e a dominação de homens adultos sobre outros membros da família são enfraquecidas. Outras expressões da crise são a diversidade de constelações familiares, um número crescente de separações e divórcios, e baixa natalidade. Castells vê a explicação – assim como Ulrich Beck⁷ – no crescimento dos recursos financeiros das mulheres, levando a posições de negociação mais fortes, que, por sua vez, minam a legitimidade da dominância masculina. Parte da explicação também está na maior consciência das mulheres. Na Europa Ocidental, o atual entendimento das mulheres como iguais aos homens, com um direito de controlar seus próprios corpos, questiona o conceito tradicional de família. Castells argumenta que temos que desenvolver novas e mudadas formas de vida social entre os sexos, e que não há uma tendência óbvia ou determinada de desenvolvimento.

Mudança social e poder simbólico

A definição de direitos sexuais e de saúde reprodutiva (DSSR) acontece num campo de disputa de poder em que os atores são agentes com normas e valores que competem⁸. O tipo mais básico de dominação é o princípio simbólico de dominação masculina, simultaneamente arbitrária e não-reconhecida. A violência simbólica enfatiza dominância masculina como neutra, dada e sem necessidade de ser legitimada. Na ordem cosmológica androcêntrica, diferenças biológicas entre os sexos são percebidas como naturais. Elas legitimam diferenças de gênero socialmente construídas, e garantem a reprodução de interpretações e valorações. A relação de dominação pode ser encontrada não só em estruturas sociais, mas em estruturas societais, integradas nos nossos corpos⁹. Relações de dominância como essas são reproduzidas em instituições como a igreja, a escola, o Estado e a família, que fornecem processos mítico-ritualísticos em que meninos são transformados em homens e meninas são transformadas em mulheres. A base dessa ordem social é a produção e reprodução de capital simbólico, em que homens gozam do status de sujeitos, enquanto mulheres têm o status de objetos.

A teoria sobre poder simbólico vê gênero como uma construção social e mostra como estruturas e *habitus*¹⁰ dos agentes mantêm, juntas, a dominância masculina. *Habitus* de gênero e

⁶ CASTELLS, Manuel. Volume II: *The power of identity*, The information age. Economy, society and culture, Oxford: Blackwell Publishers Ltd, 1997.

⁷ BECK, Ulrich. *Risk Society: Towards a New Modernity*, London: Sage Publications, 1992.

⁸ BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc JD. *An invitation to reflexive sociology*, Chicago: University of Chicago Press, 1992.

⁹ BOURDIEU, Pierre. *Den manliga dominansen*, Göteborg: Daidalos, 1999.

¹⁰ Pierre Bourdieu criou o conceito de “habitus”, que pode ser descrito como um sistema de disposições sobre como



dominação de gênero são, ao longo do tempo, materializadas num processo educacional, um produto social além de político.

Existe uma tradição feminista que discute políticas de corpo como negociação de poder: O conceito de políticas de gênero também é usado para se referir à luta pelo direito de expressar uma identidade de gênero independente de sexo atribuído e genitália; assim uma forma de políticas de corpo. No centro dessas políticas de corpo está a sexualidade e a luta pelo direito de apreciar relações sexuais sem discriminação ou intervenção estatal ditando o que é normal.¹¹

Talvez o assunto mais controverso de todos é o aborto – ou, na verdade, a livre escolha de abortos seguros. O aborto questiona a percepção tradicional do corpo da mulher como destinado à reprodução. Se uma mulher recebe um valor além desse, se ela recebe a autoridade de decidir sobre o próprio corpo e seu propósito e, portanto, sobre a reprodução em si, muitas doutrinas religiosas serão desafiadas e precisarão ser diversificadas.

Diz-se que direitos humanos são universais, mas eles são frequentemente entendidos como ideias do Norte Global – e como podem ser legitimados numa gama diversa de sociedade? Está acontecendo uma discussão importante sobre como combinar independência e pertencimento, sendo um indivíduo e um cidadão.

Minha própria pesquisa sobre cristãos e cristãs HIV-positivos em igreja e sociedade na Suazilândia confirma que há violações de direitos individuais de mulheres incorporadas a visões “comunitárias” e modernistas da cidadania. Se grupos, comunidades de fé, igrejas ou famílias que são chefiadas por homens são os portadores de direitos humanos, isso geralmente significa que mulheres têm de negociar seus direitos limitados no contexto de direito costumeiro. A versão modernista de cidadania, por outro lado, com foco em indivíduos de gênero neutro, tende a excluir mulheres ao colocá-las numa esfera privada¹². Yuval-David contesta a noção desencarnada de um cidadão e mostra que a cidadania é sempre marcada por gênero e situada em lugares, corpos e historicidade¹³. Assim, existe um risco de que direitos específicos de gênero contribuam e cimentam preconceitos e discriminação, enquanto com direitos que não distinguem gênero mulheres correm o risco de serem incluídas como cidadãs apenas sob a condição de estarem próximas da norma masculina que reforça ou reintroduz desigualdades¹⁴.

agir, pensar e orientar-se no mundo social. As disposições são fundamentadas em experiências, memórias coletivas, movimentos e formas de pensar, essas disposições geram ações.

¹¹ SCHLYTER, Ann (Ed.). *Body Politics and Women Citizens, African Experiences, Sida Studies*, n. 24, 2009. p 13.

¹² HALLONSTEN, Gunilla. *Not the whole story, The impact of the church, traditional religion and society on the individual and collective perceptions of HIV in Swaziland*, Lund: Lund University, 2012.

¹³ SCHLYTER, 2009.

¹⁴ SCHLYTER, 2009.

Pensamento crítico sociológico – interseccionalidade

Em relação a doutrinas sociais e religiosas (e, portanto, vulnerabilidade), é importante mencionar brevemente o discurso feminista e sociológico da interseccionalidade¹⁵, por meio do qual, a exclusão social e religiosa pode ser entendida pela visualização de opressão estrutural e relações de poder e a descoberta da intersecção, onde vários aspectos da discriminação ou da estigmatização se encontram¹⁶.

Essa metodologia analítica sociológica olha para gênero/sexo, classe e raça/etnia, e pergunta como poder e desigualdade são parte da compreensão de pertencimento de uma pessoa a determinada classe ou gênero; é sobre os entendimentos de heterossexualidade, raça, religião¹⁷, etc. Todos esses entendimentos estão reproduzindo poder e desigualdade que marcarão as diferenças entre ‘nós’ e ‘eles’. Assim, desigualdade é construída na intersecção entre estruturas de poder, práticas institucionais e ações individuais.

Em relação à significância de religião como identidade e práxis, assim como o significado e a função de sistemas de valores em relação a direitos de saúde sexual e reprodutiva, discursos éticos sobre identidade, autenticidade e interseccionalidade são essenciais. O teólogo da libertação do Peru, Gustavo Gutiérrez, está trabalhando teologicamente com interseccionalidade, e a define como “condições de insignificância” em relação a categorias como economia, cultura, idioma, etnia, emprego, gênero e HIV. Todas essas dimensões, segundo Gutiérrez, aumentam a compreensão de um ser humano em relação a sua própria insignificância, portanto, dignidade humana¹⁸.

Erica Appelros¹⁹ discute o papel da religião em interseccionalidade como uma instituição em que ideologia é criada e reproduzida com a ajuda de estruturas de poder em relação a gênero, classe, etnia, orientação sexual. O próprio fator religioso também é uma razão para opressão, assim como as outras dimensões da interseccionalidade. Ideologias religiosas formam as identidades de gênero das pessoas; e instituições religiosas têm sua própria hierarquia de poder interna que

¹⁵ REYES, Paulina de los; MULINARI, Diana. *Intersektionalitet: kritiska reflektioner över (o)jämlighetens landskap*, Malmö: Liber, 2007.

¹⁶ Em relação à significância da religião como identidade e práxis, e também ao significado e função de sistemas de valor em relação ao HIV, eu também gostaria de mencionar que discursos éticos sobre identidade, autenticidade e interseccionalidade são essenciais. O trabalho de Meyer sobre autenticidade e sujeitos interseccionais (2000), a teoria de autonomia relacional de Oshana (2003) e a visão de Appiah de identidade como ‘roteiros’ formando narrativas (1994, 2005) podem oferecer ferramentas valiosas para as análises.

¹⁷ A religião é um sistema social que segue o entendimento de Max Weber de raça, classe, gênero e orientação sexual.

¹⁸ GUTIERREZ, Gustavo. Lecture in Lima on HIV and Theology, Simposio Teología y Sida en América Latina, December, 2011.

¹⁹ APPELROS, Erika. Religion och intersektionalitet, *Kvinnovetenskaplig tidskrift* 69-80, Föreningen Kvinnovetenskaplig tidskrift, 2005.



interage com outras estruturas de poder na sociedade de uma forma complexa, envolvendo gênero, orientação sexual, nacionalidade, etnia, classe, raça e idade.

Exclui a religião como uma ferramenta analítica da interseccionalidade, por isso, cria o risco de simplificar uma análise contextual.

Doutrina religiosa e discurso sócio-religioso

Eu afirmaria que a religião é um fator social de grande importância globalmente, e que comunidades de fé têm uma posição chave como autoridades em relação a temas baseadas em valores, como direitos de saúde sexual e reprodutiva (DSSR), também no caso de prevenção de HIV. Religião pode, quando articulada de forma autoritária como doutrinas condenatórias e restritivas, ser um obstáculo para trabalho de DSSR – mas também deve ser penhorado que a religião pode contribuir como um poder reforçador e motivador para que um indivíduo assuma responsabilidade por sua vida e pela vida de outras pessoas.

Comunidades de fé devem ser desafiadas se, e quando, elas mantêm e defendem normas e práticas discriminatórias e prejudiciais, como quando os Bispos da Igreja da Suécia, por meio de uma carta oficial, recomendaram que todos os e as líderes de igrejas do mundo aumentassem o conhecimento sobre prevenção de HIV, incluindo a promoção de camisinhas, para combater a estigmatização e a discriminação de pessoas HIV-positivas²⁰.

A Igreja da Suécia e quatro universidades latino-americanas na Costa Rica, na Argentina, no Brasil e na Colômbia operam, em conjunto, um programa de mestrado em HIV e Teologia. Durante uma conversa com professores e professoras universitários num simpósio em Lima, Peru (dezembro de 2011), enfatizaram que os temas relacionados a sexualidade humana merecem respostas “reais”, contextualizadas no tempo e no espaço – em vez de doutrinas além do tempo e do espaço. Temas relacionados à própria existência do ser humano, como as que concernem corpo e sexualidade, exigem que teólogos e teólogas tenham uma abordagem interdisciplinar. A Teologia é construída e criada em diálogo, com pessoas que são HIV-positivas, transexuais, homens que fazem sexo com homens, mulheres que fazem sexo com mulheres, profissionais do sexo, etc. Teologia está sempre em transformação, e doutrinas são decisões temporárias baseadas em consensos que mudam ao longo do tempo. Quando doutrinas não são mais praticáveis, procuramos por novas.

²⁰ SVENSKA kyrkan. *Biskopsbrev om hiv i ett globalt perspektiv*, Biskopsmötet, Svenska kyrkan, Uppsala, 2007.

No Simpósio de Lima, o teólogo da libertação Gustavo Gutiérrez argumentou que criamos categorias de coisas como superioridade masculina que nada têm a ver com Deus; elas são criadas pelo homem e, por isso, podem ser combatidas ou erradicadas. Ele quer dizer que qualquer coisa significativa à humanidade é significativa ao cristianismo.

Feminismo pós-moderno lida com questões de DSSR de um modo crítico, que abre espaço para multiplicidade e diversidade em relação a doutrinas. Então, podemos, baseados num ponto de vista feminista pós-moderno, viver com diferentes interpretações da realidade, da humanidade e de DSSR? Sim, e talvez não haja outra opção. Ao excluir algumas interpretações como politicamente incorretas, arriscamos obstruir mudanças sociais. Apesar disso, devemos nos perguntar se é possível identificar uma essência específica que todas as doutrinas sobre determinado tópico, como DSSR, têm em comum. Feministas negras estadunidenses dizem que o conceito de direitos humanos é um discurso branco²¹. Teólogos e teólogas africanos afirmam que, antes de qualquer discussão sobre direitos humanos, é preciso discutir dignidade e valor humano. Isso pode ser percebido como a essência de DSSR?

Reciprocidade e diálogo entre Norte e Sul, em temas relacionados a teologia e DSSR, são necessários, e há exemplos de projetos colaborativos. Os Conselhos Cristãos nos países nórdicos e nos países subsaarianos têm colaborado há alguns anos no projeto *One Body (Um Corpo)*, que visa a encorajar reflexão teológica sobre HIV e aids²².

Reconhecendo práxis e agentes de mudança

O espaço para DSSR nos discursos das comunidades de fé não é espaço reivindicado, mas sim espaço transformativo, e por isso às vezes contraditório, já que o discurso inclui doutrinas oficiais assim como práxis nas comunidades de fé. É de grande importância que essa diversidade seja reconhecida. Um exemplo: há alguns anos atrás, as freiras católicas da Caritas em Manzini, Suazilândia, tinham as paredes de seu refeitório quase cobertas com cartazes que diziam “Use camisinha! Não apenas abstenha ou seja fiel, use camisinha!” Assim, há interpretações contraditórias dentro de uma Igreja, uma diversidade relacionada a doutrina oficial assim como a práxis. As freiras na Suazilândia encontraram um contexto com a maior prevalência de HIV no mundo, e essa crise transformou sua compreensão de uma doutrina contra contraceptivos.

²¹ GIDDENS, Anthony. *Sociology* (4th ed), Oxford: Polity, 2001.

²² Entre outras coisas, isso tem resultado na publicação Nordic-Focccisa: *One Body*, vol. 1: North-South Reflections in the Face of HIV & AIDS, assim como *One Body*, vol. 2: AIDS and the Worshipping Community, 2005.

Eu afirmaria que agentes de mudança são aqueles que em práxis têm a capacidade de atuar em cima do que a doutrina reflete, e que acreditam que mudança é possível, embora pareça impossível²³. Eles combinam uma abordagem realista, quando identificado obstáculos a seu trabalho com uma abordagem realista em relação às possibilidades de mudança social, adicionando o poder da esperança. Agentes de mudança no desenvolvimento de comunidades de fé, no nível mais baixo, monitoram um processo de identificação de problemas e recursos; identificando necessidades humanas; e tendo um entendimento de estruturas de poder locais. Isso é de importância decisiva, já que processos de mudança construtivos devem ser baseados em participação e escolhas autênticas para fazer uma diferença. Um bom exemplo é a fundação chinesa FBO Amity e seu trabalho de conscientização e prevenção do HIV entre trabalhadores sexuais na fronteira com o Vietnã e usuários de drogas injetáveis na fronteira com o Mianmar. A Fundação Amity e a Igreja da Suécia²⁴ trabalham em conjunto com grupos vulneráveis, e no ano passado foi iniciada uma colaboração entre a Fundação Amity e o “grupo arco-íris” Chongqing para prevenir HIV entre HSH (homens que fazem sexo com homens) de meia-idade e de idade avançada. Fatores sociais e culturais na China contribuem para uma forte heteronormatividade, e 87% dos HSH de meia-idade são casados e têm famílias estabelecidas. Espera-se que advogar contra estigma e discriminação e criar espaço para a organização arco-íris e organizações similares na sociedade mais ampla faça com que as vozes dos HSH sejam ouvidas²⁵.

Doutrinas religiosas e o corpo não apenas dizem respeito a noções conflitantes de DSSR e fé, mas também à diversidade no interior das comunidades de fé. Teologia é de importância decisiva, já que ela legitima tanto expressões culturais quanto normas religiosas ligadas a justiça de gênero e igualdade de gênero – e minha suposição é que a teologia pode promover justiça e igualdade, seguindo a convicção de que todas as pessoas são criadas iguais, com dignidade, para viver suas vidas com abundância.

Referências

APPELROS, Erika. Religion och intersektionalitet, *Kvinnvetenskaplig tidskrift* 69-80, Föreningen Kvinnvetenskaplig tidskrift, 2005.

²³ NUSSBAUM, Martha C. *Creating Capability. The Human Development Approach*, Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press, 2011.

²⁴ Eu quero ressaltar que a Igreja da Suécia trabalha ativamente em prol da justiça de gênero e da igualdade de gênero e que ela tem assumido o papel de agente de mudança em relações e redes ecumênicas, desafiando teologias que agem contra justiça de gênero e igualdade de gênero.

²⁵ É digno de nota que organizações LGBTQI não podem ser registradas na China. O grupo arco-íris é um pequeno grupo ou movimento voluntário em diversas partes da China, mas é informal e invisível.

- BECK, Ulrich. *Risk Society: Towards a New Modernity*, London: Sage Publications, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. *Den manliga dominansen*, Göteborg: Daidalos, 1999.
- BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc JD. *An invitation to reflexive sociology*, Chicago: University of Chicago Press, 1992.
- CASTELLS, Manuel. Volume II: *The power of identity*, The information age. Economy, society and culture, Oxford: Blackwell Publishers Ltd, 1997.
- GIDDENS, Anthony. *Sociology* (4th ed), Oxford: Polity, 2001.
- GUTIERREZ, Gustavo. Lecture in Lima on HIV and Theology, Simposio Teología y Sida en América Latina, December, 2011.
- HALLONSTEN, Gunilla. *Not the whole story*, The impact of the church, traditional religion and society on the individual and collective perceptions of HIV in Swaziland, Lund: Lund University, 2012.
- KNOX-SEITH, Elizabeth (Ed). *One Body* volume 1: North-South Reflections in the Face of HIV & AIDS, Copenhagen: The Nordic-Foccisa Church Cooperation, 2005.
- KNOW-SEITH, Elizabeth (Ed.). *One Body*, volume 2: AIDS and the Worshipping Community, Copenhagen: The Nordic-Foccisa Church Cooperation, 2005.
- MKHIZE, Nonhlanhla, Bennett, Jane, Reddy, Vasu and Moletsane, Relebohile. *The country we want to live in. Hate crimes and homophobia in the lives of black lesbian South Africans*, Policy analysis and capacity enhancement research programme occasional paper 1, Cape Town: HSRC Press, 2010.
- NUSSBAUM, Martha C. *Creating Capability. The Human Development Approach*, Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press, 2011.
- REID, Greme. *Above the skyline. Reverend Tsietsi Thandekiso and the founding of an African gay church*, hidden histories series, Pretoria: UNISA Press, 2010.
- REYES, Paulina de los; MULINARI, Diana. *Intersektionalitet: kritiska reflektioner över (o)jämlighetens landskap*, Malmö: Liber, 2007.
- SCHLYTER, Ann (Ed.). Body Politics and Women Citizens, African Experiences, *Sida Studies*, n. 24, 2009.
- SVENSKA kyrkan. *Biskopsbrev om hiv i ett globalt perspektiv*, Biskopsmötet, Svenska kyrkan, Uppsala, 2007.